



A ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA COMO ALTERNATIVA DE ERRADICAÇÃO DA EXTREMA POBREZA NO BRASIL: o Movimento de Mulheres Solidárias Che – Guevara (MMSOCEG) do bairro Almir Gabriel/Marituba-Pa.

Ana Cláudia Lopes Chagas¹

RESUMO: Em Marituba a experiência da organização de mulheres do bairro Almir Gabriel através do Movimento de Mulheres Solidárias Che – Guevara / MMSOCEG ocorreu como tentativa de reunir forças para lutar por condições dignas de vida e cidadania. A ampliação da proposta de acesso às oportunidades de ocupação e renda através de ações de inclusão produtiva desenvolvidas pelo Plano Brasil sem Miséria - PBM vem incidindo no bairro junto ao movimento MMSOCEG. É importante demarcar, que este trabalho, compreende uma análise da eficácia do PBM a partir das ações de economia solidária, implantadas junto ao grupo de mulheres do MMSOCEG.

Palavras-chave: Plano Brasil sem Miséria. Economia popular/solidária. MMSOCEG.

SUMMARY: In Marituba experience of organizing women in the neighborhood Almir Gabriel through the Women's Movement in Solidarity Che - Guevara / MMSOCEG occurred as an attempt to gather the strength to fight for decent conditions of life and citizenship. The proposed expansion of access to opportunities for employment and income through the actions of productive inclusion plan developed by Brazil without Poverty - PBM has been focusing in the neighborhood next to MMSOCEG movement. It is important to mark that this work includes a review of the effectiveness of the PBM from the actions of solidarity economy, implemented with the group of women MMSOCEG.

Keywords: Brazil without Poverty Plan. Popular Economics / solidarity. MMSOCEG.

¹ Estudante de Pós Graduação. Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: anaclaudiachagas@gmail.com



INTRODUÇÃO

Em 2011 o Governo Federal lança o Plano Brasil sem Miséria enquanto tentativa de erradicar a extrema pobreza no país, sendo esta a justificativa da ação do Governo Lula que tirou 28 milhões de brasileiros da pobreza, levando 36 milhões de brasileiros para o patamar de classe média (BRASIL, 2011). Afirma-se, contudo que ainda há 16 milhões de pessoas vivendo em condições precárias de vida, no entanto o governo reitera a necessidade de criação do plano Brasil Sem Miséria como meio de promover a ascensão social de brasileiros miseráveis, a diminuição das desigualdades, ampliação do mercado interno, e o fortalecimento e/ou aceleração da economia.

A nova proposta do governo federal em erradicar a extrema pobreza no Brasil surge em meio a uma conjuntura desfavorável. A estrutura econômica vigente, juntamente com a precariedade no acesso aos direitos sociais constitui o desenho de uma sociedade historicamente/estruturalmente desigual. Esse processo se torna ainda mais evidente no gênero feminino, embora os movimentos de luta pelos direitos de mulheres ao longo dos anos tenham garantido avanços consideráveis, entretanto a situação de exploração e desvalorização econômica ainda persiste.

Os casos bem sucedidos de crescimento da economia na sociedade moderna capitalista a partir da expansão das altas taxas de lucro não necessariamente se difundem pelo conjunto da sociedade, essa imanente característica do desenvolvimento econômico possui um recorte prioritariamente classista, pois ao longo da história têm se privilegiado apenas determinado segmento societário, sendo neste caso um fator fundamental para que um país como o Brasil obtenha altos índices de pobreza e desigualdade de renda.

Nos últimos anos, um conjunto de Políticas Públicas para a emancipação da mulher vem sendo elaborado no Brasil, a exemplo da implementação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SEPM), a criação da Lei Maria da Penha (Lei nº. 11.340/2006), que trabalha a questão da violência no âmbito privado, e o Plano Nacional de Política para as Mulheres, são alguns avanços percebidos neste contexto.



Atualmente os movimentos e organizações de luta² pela garantia e conquista de direitos da mulher se apresentam como uma forma objetiva de afirmação da cidadania feminina. A incansável busca pela valorização da mulher, na sua garantia a cidadania, respeito e dignidade humana é o ponto de partida para a organização social de mulheres que objetivam alcançar esses anseios.

As transformações no mundo do trabalho ocorridas nas últimas décadas por meio das iniciativas governamentais de apoio à economia solidária se destacam pelo modo no qual tem se estabelecido o processo de redefinição das relações entre Estado e sociedade no âmbito das modificações estruturais implementadas pelo avanço da proposta neoliberal. No Brasil, há exemplos significativos de apoio de agentes governamentais e adoção de políticas específicas para a economia solidária, culminando na articulação e institucionalização de espaços de interlocução entre Estado-sociedade.

O Plano Brasil sem Miséria - PBM pode ser considerado claramente como carro-chefe dessa definição, em Marituba as ações de apoio à consolidação da economia popular e solidária vêm ocorrendo significativamente nos diversos espaços do município, a exemplo do Bairro Almir Gabriel. Nestas condições, o entendimento acerca do desdobramento desse processo junto ao Movimento de Mulheres Solidárias Che – Guevara / MMSOCEG é de extrema relevância para a apreensão do real alcance desta política, bem como dos seus efeitos concretos para a melhoria das condições de vida e cidadania das mulheres do bairro.

I – A LUTA HISTÓRICA DAS MULHERES NO CENÁRIO BRASILEIRO

O Brasil tem hoje 192 milhões de habitantes, conforme dados do IBGE (2010), deste total, mais da metade da população é feminina, segundo a Pesquisa Nacional por

² Conforme destaca Gohn (2010, p. 13) os movimentos sociais devem ser entendidos enquanto “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas”.



Amostra de Domicílios (PNAD/2009) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Paullino (2011) ao observar os dados da PNAD (2009) acerca da participação feminina e masculina nas atividades domésticas no Brasil, destacou que quase 90% das mulheres, com 16 anos ou mais, se dedicavam às atividades domésticas, enquanto apenas a metade dos homens entrevistados relatou fazer alguma tarefa em casa. Quando fazem, dedicam menos tempo do que as mulheres. Ou seja, enquanto os homens gastam dez horas semanais nas tarefas do lar, as mulheres dedicam 27 horas por semana.

No Pará os indicadores da PNAD / IBGE (2009) apontam que no Estado o total de pessoas ocupadas com 10 anos ou mais de idade, 61,03% são homens e 39,97% são mulheres, dados que nos revelam uma realidade não tão distinta dos índices assinalados na pesquisa nacional.

Certos pensamentos e costumes em relação à mulher ainda persistem e se reproduzem atualmente, o modelo feminino imposto pelo sistema econômico atual ainda é o mesmo que se observava nos séculos anteriores, a priorização e manutenção de uma sociedade patriarcal, onde o homem é a figura de dominação nas diversas instituições em que circula, e a mulher é o símbolo da figura frágil e de fácil dominação, demonstram o caráter das relações sociais existentes sobre a lógica capitalista e seu modelo baseado na divisão - sexual – do trabalho.

Essa realidade pode ser facilmente identificada através de Rago (2010, p. 582) ao avaliar o impacto da presença feminina na constituição do parque industrial brasileiro, informa-nos que “as mulheres foram progressivamente expulsas e substituídas pela mão de obra masculina no início do Século XX. Assim, enquanto em 1872 as mulheres constituíam 76% da força de trabalho nas fábricas, em 1950, passaram a representar apenas 23%”, o que demonstra o intenso processo de não inserção da força de trabalho feminina na produção.

Conforme destaca Paulino (2011) dados do Anuário das Mulheres Brasileiras, divulgado pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SEPM), apontam que no



Brasil quase 22 milhões de mulheres são provedoras do lar, o que corresponde a 35% das famílias no país, e desse total quase 50% são mães com filhos. No Pará, 39,8% das famílias são chefiadas por mulheres, perdendo somente para Recife, Mato Grosso, Salvador e Amapá.

Esses estudos demonstram o papel da mulher na economia brasileira, sendo principalmente por via do acesso aos programas de transferência de renda direta, como é o caso do Programa Bolsa Família – PBF, que tem em seu maior número mulheres responsáveis pelo benefício, apontando a não utilização da força de trabalho feminina nos diversos campos de trabalho profissional.

É válido ressaltar que os ajustes estruturais implementados pelo capital nos últimos anos para atender a sua crise de acumulação, vem provocando inúmeros danos sociais aos trabalhadores que são forçados a comporem a dinâmica histórica de práticas amenizadoras do não assalariamento (BARBOSA, 2007). É evidente que as medidas adotadas pela reestruturação produtiva afetam consideravelmente o mundo do trabalho a partir de uma histórica manobra apoiada pelo Estado para beneficiar as ações de desestruturação dos direitos historicamente conquistados, fato que coloca a força de trabalho feminina em situação de extrema complexidade social.

II – O MUNICÍPIO DE MARITUBA E A REALIDADE DAS MULHERES DO BAIRRO ALMIR GABRIEL: O processo de implantação e desdobramento da política de economia solidária junto às mulheres do MMSOCEG

O Município de Marituba situa-se na Região Metropolitana de Belém que possui população total de 2.100.319 milhões, sendo na subdivisão entre municípios, Belém: 1.392.031, Ananindeua: 471.744, Marituba: 108.251, Benevides: 51.663, Santa Bárbara: 17.154 e Santa Isabel: 59.476 (IBGE, 2010).

A ocupação da área onde mais tarde seria fundado o município de Marituba, decorreu das medidas políticas do governo provinciano, traçadas na segunda metade do século XIX, cujos objetivos eram a colonização da região Bragantina e a implantação de



uma estrada de ferro que deveria fazer a ligação entre os diversos núcleos coloniais que iriam ser fundados.

Após as lutas da população daquele território, em 1993 o município de Marituba foi criado pela Lei Estadual nº 5.857 de 22 de setembro de 1994, estatuída pela Assembleia Legislativa do Estado e sancionada pelo governador Carlos José Oliveira Santos. Desmembrado do município de Benevides, tem como sede a antiga localidade de Marituba que passou à categoria de cidade com a mesma denominação.

O município de Marituba possui a menor extensão territorial do Estado com 109,10 km². Trata-se de um território com uma das maiores concentrações populacionais por quilômetro quadrado. Onde em Censo do IBGE (2010) constatou-se que a população alcança a marca de 108.223 habitantes, deste total, 47. 106 são do sexo feminino.

Em Marituba a realidade de precarização das condições de vida das mulheres pode ser facilmente identificada ao analisarmos os dados do Programa Bolsa Família – PBF, até o mês de junho de 2011, que aponta 11.115 famílias sendo beneficiárias deste programa, e destas, 10.105 são de responsabilidades de mulheres, (CadUnico/SEMADS/Marituba, 2011).

No município de Marituba a luta das mulheres por melhores condições de vida e cidadania se intensificou no ano de 2008, a partir da experiência da organização de mulheres do bairro Almir Gabriel, que ao perceberem a ausência de políticas públicas voltadas à mulher, principalmente pelas inúmeras situações de violência e pelo crescente número de adolescentes grávidas, perceberam a necessidade de orientações mais específicas para as moradoras do bairro.

Após o processo de reuniões com lideranças, organização, e atuação junto a as mulheres que vinham tendo seus direitos violados, no dia 1º de maio de 2009 é fundado o Movimento de Mulheres Solidárias Che – Guevara / MMSOCEG. Atualmente as bandeiras de luta do MMSOCEG estão direcionadas á garantia de seus direitos; propor iguais oportunidades e condições para a mulher na sociedade e incentivar as mulheres à adquirirem formação e treinamento profissional.



A nova sociabilidade imposta pelo capital a partir do século XXI determina uma série de medidas que visam à reestruturação da economia a partir da justificativa da primazia do mercado sobre o Estado, onde segundo afirma Wainwright (1998), ocorre a priorização do indivíduo atomizado, essencialmente associal, seja como empresário ou como consumidor, imbuindo o “livre mercado” de uma qualidade sagrada após o colapso da economia dominada pelo Estado, ou seja, transfere para o sujeito (sociedade civil), a íngreme tarefa de consolidação do mercado global por via das ações individualistas e/ou setorializadas.

Nesse contexto nos anos 2003 o governo Lula aproxima o tema economia solidaria para o conceito de politica publica federal e passa a realizar intervenções do Estado a partir do Ministério do Trabalho e Emprego e através da Secretaria da Economia Solidaria – SENAES, consolidada em 2003.

No que se refere ao Plano Brasil sem Miséria uma das propostas de maior relevância diz respeito à ampliação do acesso às oportunidades de ocupação e renda através de ações de inclusão produtiva nos meios urbano e rural. Essa tentativa de promover a inclusão social e produtiva da população extremamente pobre³ vem sendo constantemente viabilizada nos diversos municípios brasileiros, sendo, portanto, iniciada no município de Marituba a partir das ações da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SEMADS, que a partir de 2009, passa a incentivar ações de economia popular e solidária, intensificadas a partir das orientações da cartilha de apoio às redes de empreendimentos solidários e/ou atividades empreendedoras coletivas, micro e pequenas empresas, e incubadoras para geração de ocupação e renda.

Neste sentido, as orientações do Plano Brasil Sem Miséria (2011), conta com três eixos coordenadores das ações: transferência de renda; acesso a serviços públicos e inclusão produtiva, entendendo a linha de extrema pobreza sendo estabelecida em R\$ 70,00 per capita considerando-se o rendimento nominal mensal domiciliar. Deste modo,

³ Rocha (2005) afirma que a *pobreza absoluta* está diretamente ligada à sobrevivência física, ao mínimo vital, enquanto que a *pobreza relativa* envolve outras necessidades, além da sobrevivência, e está relacionada com os recursos disponíveis em uma determinada época ou lugar.



qualquer pessoa residente em domicílios com rendimento menor ou igual a esse valor é considerada extremamente pobre.

Conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS (2011), com base nos dados do Censo IBGE (2010), o contingente de pessoas em extrema pobreza no Brasil, totaliza 16,27 milhões de pessoas, o que representa 8,5% da população total. Embora apenas 15,6% da população brasileira resida em áreas rurais, dentre as pessoas em extrema pobreza, elas representam pouco menos da metade (46,7%). A outra parte (53,3%) situa-se em áreas urbanas, onde reside a maior parte da população – 84,4%.

Os índices de Incidência da População em Extrema Pobreza por situação de domicílio, segundo Grandes Regiões IBGE (2010), revelam que nas Regiões Norte e Nordeste a população total em situação de extrema pobreza supera consideravelmente as demais regiões – 26,5% e 26,9% que apresentam estes índices respectivamente. Nestas duas regiões também se concentra mais da metade da população em extrema pobreza – 56,4% na região Norte e 52,5% na região Nordeste.

A possibilidade de visualização da realidade dos diversos Estados brasileiros pôde ser identificada através do Mapa da Pobreza do Brasil, mapeamento que visa desenhar o Mapa de Oportunidades, ação governamental sobre a extrema pobreza, agindo de modo intersectorializado com os Estados e prefeituras, para identificar os meios mais adequados e eficientes de fazer a população identificada **melhorarem de vida** (BRASIL, 2011, grifo meu).

O conteúdo das ações assume um caráter voltado para os fins anteriormente ressaltados, destacam-se neste sentido: a inclusão produtiva (visam aumentar a produção no campo, gerando ocupação e renda na cidade); Acesso ao mercado (apoio à comercialização de produtos da agricultura familiar, combinando compras institucionais e mercado privado); qualificação sócio profissional (através da oferta de 200 tipos de cursos por meio das escolas técnicas, Sistema S e outras redes conveniadas, oferecendo cursos sintonizados com a vocação econômica de cada região); Economia Popular e Solidária (incentivo a formação de empreendimentos solidários, de atividades empreendedoras



coletivas, micro e pequenas empresas etc.); Microempreendedor individual (promoção da capacitação de pequenos negócios de trabalhadores que atuavam por conta própria).

III – CONCLUSÃO

A realidade apresentada no contexto em questão demonstra o processo no qual se encontra o gênero feminino quanto a sua inserção no mercado de trabalho, pois as condições socioeconômicas da maioria das mulheres brasileiras que são provedoras das famílias, nos leva a reflexão do papel destas no processo de erradicação da extrema pobreza e da legitimidade do gênero feminino na sociedade contemporânea.

É fato que as condições atuais de precariedade das condições de vida e das relações de trabalho têm consequência direta sobre a sobrevivência das mulheres e suas famílias, situação existente também no Residencial Almir Gabriel/ Marituba, pois os reais efeitos das ações de empreendedorismo popular para a melhoria da qualidade de vida das trabalhadoras não podem ser consideradas enquanto medida potencial e resolutive do histórico problema enfrentado pelo gênero feminino.

Em relação ao Plano Brasil sem Miséria, é mister considerar-se que as condições socioeconômicas que levaram a criação de um plano para a erradicação da extrema pobreza no Brasil surgem a partir da implementação de um mecanismo do sistema econômico vigente no intuito de “amenizar” os problemas sociais vivenciados pelos trabalhadores vitimizados pela ofensiva neoliberal na atualidade. Este processo, portanto, ocorre através de ações apoiadas pelo Estado, principalmente quando propõe a implantação de políticas compensatórias que inviabilizam a efetiva modificação da realidade socioeconômica das famílias em voga, haja vista o objetivo principal de promover a ascensão social destes grupos.

A pesquisa em andamento dentro do Bairro Almir Gabriel até o presente momento tem demonstrado que a ocorrência da qualitativa ascensão no patamar socioeconômico das famílias das mulheres ainda não pode ser considerada uma realidade efetiva, dada a situação de percalços e limitações enfrentados pelo gênero no município, principalmente



as condicionalidades e exigências para aplicação e distribuição dos recursos, além de outras questões que poderão somente ser expostas com o termino da pesquisa.

Convém citar que a situação das mulheres pertencentes ao MMSOCEG ainda não demonstra uma nova condição de dignidade e cidadania, pois as lutas das mulheres pelo reconhecimento de sua cidadania dentro da sociedade do trabalho necessariamente deve percorrer o campo da inserção produtiva, portanto, em se tratando do Movimento de Mulheres Solidárias Che – Guevara / MMSOCEG, as ações de efetiva inclusão não podem ser viabilizadas tão somente pelos objetivos propostos pelo Plano de erradicação da miséria extrema, haja vista os inúmeros problemas sociais existentes na área de abrangência do município de Marituba.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 13 ed. rev. ampl. – São Paulo: Cortez, 2008.

BARBOSA, Rosangela N. de Carvalho. **A economia solidaria como política pública:** uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Censo Populacional 2010.

_____. **Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios - PNAD 2009, Síntese dos indicadores**, 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/comentarios2009.pdf>>. Acesso em: 25/02/2011.

_____. PLANO BRASIL SEM MISERIA. 2011. [Acesso 2011 Ago 18]. Disponível em: URL: <http://www.brasil.gov.br/sobre/cidadania/brasil-sem-miseria>

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Histórico – Do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2005. Disponível em <http://www.fbes.org.br>

Instituto de Desenvolvimento, Social e ambiental do Pará. Estatística Municipal – Marituba, 2011. Disponível em:



<http://iah.iec.pa.gov.br/iah/fulltext/georeferenciamento/marituba.pdf>. Acesso em 22 de Setembro de 2011.

PAULLINO, Helena. Diferença de gênero persiste no trabalho. [Acesso 2011 Set 18]. Disponível em: <https://conteudoclipingmp.planejamento.gov.br/>

PNUD. 2009. Relatório de Desenvolvimento Humano 2009. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/rdh/>. Acesso em: 23/09/2011.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil**: afinal do que se trata?. 3 ed. São Paulo: FGV, 2005.

WAINWRIGHT, H. **Uma Resposta ao Neoliberalismo**: Argumentos para uma nova esquerda. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 1998.